



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
CONSELHO SUPERIOR DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

# Conselho Superior do Ministério Público

**Boletim Informativo  
N.º 8/2021**

Secção Permanente | 20.5.2021

**Boletim Informativo**



## Sumário

■ PRESENÇAS	>> 2
■ ORDEM DO DIA	>> 3
Gestão de Quadros/Instrumentos de mobilidade	>> 3
Remunerações	>> 4
Incompatibilidades	>> 4
Aposentações/Jubilações	>> 5
■ ORDEM DO DIA – ADITAMENTO	>> 6
Gestão de Quadros/Instrumentos de mobilidade	>> 6



## Presenças

### ■ Presidente

Senhor Vice-Procurador-Geral da República, *Dr. João Alberto Figueiredo Monteiro.*

### ■ Vogais

Procurador-Geral Regional de Évora, *Dr. Alcides Manuel Rodrigues;*

Procuradores da República, *Dr.<sup>as</sup> Patrícia Cardoso e Maria Raquel Mota* (membros permanentes);

Membro eleito pela Assembleia da República, *Dr. José Manuel Mesquita,.*

### ■ Secretário

Secretariou a sessão o Secretário-Geral da Procuradoria-Geral da República, *Dr. Carlos Adérito da Silva Teixeira.*



## ORDEM DO DIA

### Gestão de Quadros/Instrumentos de mobilidade

#### 1. *Adiado porquanto aguarda envio dos elementos solicitados*

Pedido de autorização para que a Procuradora da República colocada nos juízos de execução, do comércio e local cível de Oliveira de Azeméis, Dr.ª Edite Paula de Almeida Pinho, continue a assegurar o serviço dos juízos central e local cíveis de Santa Maria da Feira, em regime de acumulação.

*Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso*

#### 2. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções relativa à Senhora Procuradora da República Dr.ª Ana Isabel Dinis Marques da Silva, colocada no Juízo Local de Guimarães, Secção Criminal - J3, com o Juízo Local Criminal - J2 e Juízo Local Criminal - J1, nos termos descritos nas Ordens de Serviço 1/20, de 27 de Janeiro; 9/20, de 14 de Junho e 11/20, de 17 de Setembro, todas da comarca de Braga.

*Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota*

#### 3. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, determinar a renovação da acumulação de serviço, com o serviço de origem, dos Procuradores da República Dr.os Susana Alheiro de Campos, colocada na procuradoria do juízo de Vila Nova de Cerveira e Pedro Miguel Carreira Vieira, colocado na procuradoria do juízo de

Monção, com o serviço do Juízo de Competência Genérica / DIAP – Secção de Melgaço.

*Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso*

#### 4. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, determinar, desde Janeiro de 2020, a acumulação de funções relativa à Procuradora da República, colocada no Juízo Local de Gouveia, Dr.ª Sofia Maria Barros de Souto e à Procuradora da República colocada no juízo Local de Vila Nova de Foz Côa, Dr.ª Joana Elisa Costa Moreira uma parte dos inquéritos da 2.ª secção da Guarda nos moldes descritos nas Ordens de Serviço juntas a estes autos.

*Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota*

#### 5. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, determinar a reafecção, até ao próximo movimento de magistrados do Ministério Público, da Procuradora da República, Dr.ª Susana Manuel de Castro Vieira Magalhães, colocada no juízo de competência genérica e DIAP de Olhão à Procuradoria / DIAP / Juízo Local de Loulé,

*Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso*

#### 6. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, determinar a renovação da acumulação de serviço relativa ao Procurador da República Dr. Luís Miguel Reis da Silva Garcia, colocado no juízo de competência genérica de Santa Maria, com o DIAP de Ponta Delgada.

*Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso*



# Conselho Superior do Ministério Público

## 7. Adiado

Requerimento apresentado pelo Procurador da República colocado na Procuradoria do juízo de competência genérica de Seia, comarca da Guarda Dr. Mário Jorge Cabral de Lemos, solicitando autorização para exercer funções em regime de teletrabalho.

*Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota*

## Remunerações

8. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, reconhecer o direito ao pagamento das despesas de representação pela Procuradora-Geral-Adjunta Dr.ª Margarida Maria Pascoal Sarmiento, pelo exercício do cargo de magistrada do Ministério Público coordenadora na procuradoria do Tribunal da Relação de Guimarães.

*Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso*

9. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, indeferir, por ausência de fundamento legal, o pedido de reconhecimento do direito a auferir pelo índice 175, desde 01 de Janeiro de 2021, apresentado pela Procuradora da República Dr.ª Sandra Helena Figueiredo Marques, colocada na Procuradoria de Olhão, comarca de Faro.

*Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota*

## Incompatibilidades

10. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto no artigo 107.º do EMP, tomar conhecimento da participação, da Procuradora da República, Dr.ª Maria Margarida Amadinho da Paz, como oradora na Webconferência do Centro de Estudos Judiciários “Direito das Sucessões e Novo Regime Do Inventário Algumas Questões Práticas”, com o tema O Ministério Público e o novo regime do inventário, agendada para o dia 7 de junho.

*Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota*

11. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, ao abrigo do disposto no artigo 107.º do EMP, tomar conhecimento da participação, da Procuradora da República Dr.ª Maria de Fátima Martins Baptista, como oradora, no Curso de Pós-Graduação de Serviço Social na Saúde, no módulo sobre o “Regime do Maior Acompanhado e a articulação entre o Ministério Público e o Serviço Social”, que terá lugar no dia 28 de maio de 2021, pelas 19 horas, no ISCTE e via zoom.

*Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso*

12. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, e ao abrigo do disposto no artigo 107.º do EMP, tomar conhecimento da participação, da Procuradora da República, Dr.ª Maria Leonor da Silva Magalhães, como oradora numa palestra de um curso de



mestrado organizado pelo Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo, no dia 28 de maio de 2021, pelas 18h30.

*Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota*

## **Aposentações/Jubilações**

13. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, considerar, por referência ao dia 22 de maio de 2021, como verificados os requisitos para a jubilação relativos ao Procurador-geral-adjunto Dr. António Manuel da Rocha Ferreira Marques, colocado no Tribunal Constitucional.

*Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota*



## ORDEM DO DIA – ADITAMENTO

A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, apreciar os seguintes pontos extras à tabela:

### Gestão de Quadros/Instrumentos de mobilidade

1. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, deferir a proposta do Senhor Coordenador dos Inspectores para redistribuição de algumas inspecções, referentes ao Plano de inspecções de 2020, atenta a dilação temporal existente, e referentes ao Plano de 2021/2022, em razão de impedimentos e escusas de Inspectores originariamente sorteados.

*Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso*

2. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, e ao abrigo do disposto no artigo 107.º do EMP, tomar conhecimento da participação da Procuradora da República Dr.ª Cláudia Susana Ferreira Calheiros Caldas, a exercer funções na SEIVD de Sintra, para participar como oradora (com o tema “O papel do Ministério Público no âmbito do Processo Penal”) em dois seminários na Universidade Autónoma de Lisboa.

*Relatora: Patrícia Cardoso*

3. A secção permanente do CSMP deliberou, por maioria, indeferir, por ora e tendo em conta o teor da Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público n.º 278/2021, o pedido de reconhecimento de experiência na área de família e menores e na área criminal pela

Procuradora da República Dr.ª Maria João de Abreu Clemente Duarte Vasques, tendo em vista a participação no próximo movimento de magistrados.

O Dr. Alcides Rodrigues não participou na discussão nem na votação invocando impedimento.

*Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota*

4. A secção permanente do CSMP deliberou, por maioria, indeferir, por ora e tendo em conta o teor da Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público n.º 278/2021, o pedido de reconhecimento de experiência na área de família e menores e na área criminal pela Procuradora da República Dr.ª Dulce Maria Pereira Costa, tendo em vista a participação no próximo movimento de magistrados.

O Dr. Alcides Rodrigues não participou na discussão nem na votação invocando impedimento.

*Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota*